

O INVESTIMENTO NA FORMAÇÃO DO DOCENTE COMO SINÔNIMO DE QUALIDADE NO EXERCÍCIO PROFISSIONAL DA POLÍCIA MILITAR NO ESTADO DE GOIÁS

THE INVESTMENT IN TEACHER TRAINING AS A QUALITY SYNONYM IN THE PROFESSIONAL EXERCISE OF THE MILITARY STATE POLICE OF GOIÁS

FERREIRA, Islan da Cruz.
Oliveira, Marcelo Ribeiro.

RESUMO

A proposta básica deste estudo é apresentar a necessidade de se investir na formação docente como caminho para a melhoria da qualidade do exercício profissional da polícia militar. Este artigo tem como objetivo apresentar a importância do trabalho docente, bem como da formação continuada dos profissionais que se dedicam à preparação da carreira militar, procurando enfatizar o investimento na formação docente como sinônimo de qualidade no exercício profissional da PM, a fim de alertar e prevenir os desafios enfrentados pelo policial militar no exercício de sua função. O trabalho nos permitiu entender que muitos são os desafios que envolvem o exercício profissional do policial militar, exigindo assim uma boa preparação para o mesmo. Tal fator exige, além de profissionais de educação, alguém que entenda a realidade vivenciada pela corporação, os quais hão de subsidiar os futuros policiais no melhor desenvolvimento de sua função.

Palavras chaves: Formação docente; exercício profissional; educação

ABSTRACT

The basic proposal of this study is to present the need to invest in teacher education as a way to improve the quality of the professional practice of the military police. This article aims to present the importance of teaching work, as well as the continuous training of professionals who are dedicated to the preparation of the military career,

seeking to emphasize investment in teacher training as a synonym of quality in the professional practice of PM, in order to alert and the challenges faced by the military police officer in the performance of his duties. The work allowed us to understand that many are the challenges that involve the professional practice of the military police, thus requiring a good preparation for the same. This factor requires, besides education professionals, someone who understands the reality lived by the corporation, which will subsidize future police officers in the best development of their function.

Keywords: Teacher training; professional practice; education

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como tema o investimento na formação do docente como sinônimo de qualidade no exercício profissional da Polícia Militar, investimento esse que se faz necessário frente ao complexo cenário no qual os futuros policiais hão de atuar na tentativa de manutenção da ordem social.

Nessa perspectiva, a importância da formação docente para uma maior eficiência do exercício profissional do policial militar requer, em primeiro lugar, que se entenda o papel, bem como a importância da dos profissionais que se dedicam à preparação desses profissionais que se dispõem a assumir o desafio de cuidar, bem como promover a segurança da sociedade no qual ele mesmo está inserido.

Assim, para um melhor entendimento quanto à necessidade dessa preparação docente, o trabalho traz consigo uma abordagem reflexiva acerca do cenário atual, a formação de novos praças a partir da percepção do conceito de ensinar, além de critério de seleção para instrutores.

Frente ao cenário desafiador, cabe aqui o questionamento: por que a preocupação com a formação do profissional em educação nesse processo e não exclusivamente com o educando?

Para que se responda coerentemente o questionamento, faz-se necessário uma reflexão quanto à importância do profissional docente no processo de transformação

peçoal e social das pessoas que buscam na educaçoão um direcionamento para onde realmente almeja chegar. Dessa forma a formaçoão do profissional desceute passa a ser vista como indispensável para o melhor desenvolvimento da prática docente.

Nessa perspectiva, a educaçoão passa ser entendida como sinônimo de qualidade no exercício profissional dos professores da academia, bem como para os futuros policiais militares no exercício de sua função. Assim, a mesma pode proporcionar aos educandos e educadores, motivações profissionais muitas vezes esquecidas ao longo do exercício profissional, fato que justifica a necessidade de formaçoões contínuas, os quais hão de subsidiar, além da ostensividade cotidiana, a prática pedagógica e social.

A educaçoão, nesse contexto, perpassa o ambiente de sala de aulas e se estende ao contexto social como um todo. Particulariza-se aqui a formaçoão de policiais militares, os quais hão de cumprir no seu exercício profissional diferentes papéis dentro da missão exigida por essa função.

Acredita-se que, a partir da educaçoão, principalmente da formaçoão continuada, o policial militar possa desenvolver seu pape com mais segurança em seu cotidiano profissional, visto que, é a partir da educaçoão que novos olhares hão de se firmar para as diferentes particularidades a serem encaradas pelo policial militar.

Assim, o professor, mais do que o papel de ensinar determinados conteúdos, assume o papel de mediador, ou seja, proporciona ao policial militar, em seus diferentes estágios, uma maior proximidade da realidade a ser vivenciada pelo policial militar.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a importância do trabalho docente, bem como da formaçoão continuada dos profissionais que se dedicam à preparação da carreira militar, os quais hão de proporcionar, cotidianamente, o desenvolvimento da prática militar de uma forma mais eficaz para a sociedade como um todo.

Para alcançar os objetivos propostos, utilizou-se como recurso metodológico, a pesquisa bibliográfica, realizada a partir da análise pormenorizada de materiais já publicados na literatura e artigos científicos divulgados no meio eletrônico.

Nesse contexto, o presente trabalho constitui-se em uma pesquisa bibliográfica, que, por meio de um estudo lexical, procura fazer uma abordagem

reflexiva a respeito da importância e necessidade de investimentos na área de qualificação profissional do policial militar no Estado de Goiás.

Para o alcance dos resultados, procurou-se fazer um levantamento de materiais já publicados, além de uma análise comparativa com a realidade vivenciada em outros Estados, tendo como referência as experiências já vivenciadas nos Estados, como Minas e São Paulo, proporcionando assim, um entendimento mais expansivo das experiências educativas e seus benefícios.

O texto final foi fundamentado nas ideias e concepções de autores como: Tocantins (2018), Muniz (2001), Fonseca (2008), Bonelli (2013), Brasil (2000), Minas Gerais (2014-2016), Goiás (1990), entre outros.

2.Revisão de literatura

2.1. Uma reflexão acerca do cenário atual

A sociedade atual vive um momento de constante mudança, exigindo da mesma, formações contínuas, as quais hão de subsidiar o melhor desenvolvimento de seu trabalho independentemente de qual segmento venha a se dedicar. Exemplo disso é a polícia militar, a qual, além de combater o crime, tem como papel o patrulhamento, porém, desempenha outras atribuições, as quais tendem, direta ou indiretamente, influenciar na vida das pessoas (TOCANTINS, 2018).

Frente a esse cenário, Muniz já traz a realidade vivenciada pelo policial militar como algo carente de melhoras. Frente a essa reflexão a mesma aponta a necessidade de adequação ao estado democrático de direito, preocupação essa que se expande aos segmentos civis organizados, formadores de opinião, além de cidadãos comuns e os próprios policiais, reconhecendo assim o cenário de fragilidade em que se encontra o serviço de segurança pública no país.

Tais mudanças se tornam essenciais frente ao cenário apresentado pela própria autora, o qual aponta fragilidades no serviço de segurança executado por profissionais de segurança pública. Muniz ainda reforça sua preocupação ao analisar

o processo de trabalho da polícia militar a começar pelo próprio processo formativo dos policiais militares, o qual, salvo raríssimas exceções, se volta mais para o combate à criminalidade e não para a promoção da segurança da sociedade, gerando como consequência o uso da brutalidade na ação policial além do uso arbitrário do poder de polícia, obscurecendo assim a imagem da polícia para a sociedade (MUNIZ, 2017).

As palavras de Muniz emanam uma preocupação ainda maior, a inversão de valores no exercício profissional do policial militar, substituindo a missão de servir e proteger o cidadão, pelo autoritarismo, exigindo assim, um redimensionamento na formação e, conseqüentemente, na atuação como agente de segurança pública.

Frente ao apontamento de Muniz, Brand e Tolfo (2012) reforçam a necessidade de uma formação mais específica, de onde o policial militar possa realmente se sentir preparado para execução de seu trabalho. Partindo desse princípio entende-se a importância do curso de formação, não só como um repasse de conteúdos relacionados ao tema, mas no envolvimento do policial militar no cenário em que há de se envolver a partir daquele momento. Assim, o processo de incorporação se dá, em primeiro lugar, no curso de formação, onde os mesmos têm a oportunidade e, os instrutores a obrigação de se incorporar essa relação preparação e prática.

A esse respeito, Poncioni já traz como preocupação a incrementação do profissionalismo da polícia como recurso motivador de capacitação para o melhor desempenho do trabalho de segurança pública. A autora explica que, a formação não deve se restringir à formação de praças, a mesma deve fazer parte de um processo contínuo, ajudando os policiais no desempenho de suas funções frente ao constante processo de mudanças no qual a sociedade está envolvida e as possíveis consequências desse processo, exigindo assim uma preparação mais específica para o melhor desempenho da ação policial.

Apartir do apontamento de Pacione, faz-se necessário uma extensão dessa preocupação da formação dos policiais militares para o perfil e metodologia de seus tutores, apontando a necessidade de uma formação mais específica para uma atuação mais precisa no seu cotidiano profissional

2.2, A formação de novos praças a partir da percepção do conceito de ensinar

Segundo Fonseca (2008, p. 6) “o Verbo ensinar, do latim *ensignare*, tem o significado de marcar com um sinal, que deveria ser de vida, de busca, de despertar para o conhecimento”. O conceito de ensinar apresentado por Fonseca traz em si a essência que cerca tal prática.

Por outro lado, a partir da percepção de Luiz (2003) o ensino, visto como sinônimo de produção intelectual e acadêmica de um militar, deve estar sempre cercado de cuidados, não podendo o mesmo se desprender da astúcia de desvelar o descoberto, sem abrir mão de preservar, de forma ética, aquilo que realmente deve ser confidencial para o sistema no qual o mesmo esteja inserido.

Para isso, faz-se necessário um melhor aperfeiçoamento da preparação docente como recurso para o melhor desempenho do exercício da função do policial. Preocupação essa evidente nas palavras de Bonelli (2013, p.5) o qual aponta a necessidade de um dinamismo por parte do policial no exercício da sua função, exigindo um senso crítico e uma reflexão mais consistente sobre o que, quando, como e por que fazer determinadas ações.

Frente a tudo isso, o Ministério da Justiça coloca à disposição as Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão, as quais, dentre outros, têm como objetivos a redefinição de um perfil desejado para a orientar a formação do profissional da área de segurança do cidadão e, conseqüentemente, o delineamento dos cursos, bem como a composição das grades curriculares, dos conteúdos disciplinares e de instrumentos e técnicas de ensino e avaliação (BRASIL, 2000).

Outro objetivo a ser alcançado é a elaboração de uma base curricular compatível com as necessidades das polícias da União e Estados, a qual facilitaria um processo de integração mais eficaz nas ações de segurança pública. Por fim, a implantação de uma estrutura de ensino mais voltada para a valorização do aprendiz, além da utilização de novas tecnologias, inovando assim o processo de formação dos policiais militares (BRASIL, 2000).

Percebe-se a partir dos pontos norteadores explicitados, a preocupação em homogenizar os cursos de formação a partir de um planejamento curricular, assegurando assim o princípio da equidade do trabalho da polícia militar a começar pelo curso de formação, garantindo unidade de pensamento e ações adequadas às necessidades sociais vigentes (BRASIL, 2000).

É necessário que se entenda, no entanto, que a preparação desses futuros profissionais de segurança pública não se dá de forma aleatória, o processo de formação começa pelo critério de seleção do corpo docente, metodologia de ensino e critério de avaliação, exigindo assim, uma maior dedicação por parte do corpo discente, e, conseqüentemente, o maior aproveitamento dos conteúdos trabalhados e melhor desempenho no cotidiano profissional dos mesmos.

2.3. Critério de seleção para instrutores

Além da graduação em área específica, alguns critérios podem ser adotados para composição do corpo docente dentro das instituições militares, desde o curso de formação de praças ao sistema de educação continuada. Exemplo disso, são os critérios adotados pela academia de polícia militar do Estado de Minas Gerais, a qual tem seu critério de seleção por triênio e conta com professores civis e militares (MINAS GERAIS, 2014-2016).

Segundo o mesmo, “[...] Os professores civis serão designados mediante assinatura de contrato de trabalho em conformidade com a respectiva carga horária [...]” (MINAS GERAIS, 2014-2016, p.45). Por outro lado,

o quadro de docentes da Academia será composto por três categorias de professores, classificados de acordo com o regime de trabalho. Assim, os professores serão distribuídos em professores com atuação em tempo integral, professores com dedicação parcial ou professores horistas (MINAS GERAIS, 2014-2016, p.45).

Segundo informações do Plano de Desenvolvimento Institucional, “Para o ingresso no quadro de pessoal docente da APM, serão avaliadas a qualificação e

titulação acadêmica, bem como a experiência profissional e docente, a produção literária ou científica e outras qualificações” (MINAS GERAIS, 2014-2016, p.45).

No Estado de São Paulo, tais procedimentos são regidos por uma diretriz geral de ensino, na qual, em seu artigo 73, estabelece que

O policial militar, atendidos os requisitos estabelecidos em normas específicas do ODSE, pode candidatar-se ao exercício da função de docente (professor, professor-assistente, gestor, conteudista e tutor) em atividade de ensino do SEPM, cumulativamente com as suas funções habituais (SÃO PAULO, 2010, p.31).

A mesma diretriz ainda estabelece que

§ 1o – O policial militar candidato à função deverá encaminhar ao OAES, OGC ou GT a Planilha de Informação de Docente (PM-E-2) solicitando seu credenciamento em matérias, na qual, obrigatoriamente, deverá constar parecer favorável de seu Cmt de OPM.

§ 2o – O civil candidato ao credenciamento como docentes deverá observar a normatização específica para tal.

É importante que se destaque que, a função de docente não se trata de um cargo efetivo, a mesma se dá a partir da necessidade de um novo processo de formação. Exemplo disso é o art. 75 da diretriz geral de ensino do Estado de São Paulo, a qual especifica que, ao concluir o período de graduação, o docente será automaticamente dispensado de sua função.

No Estado de Goiás, a academia de polícia militar é regulamentada pelo Decreto Nº 3.540, de 29 de outubro de 1990, o qual, em seu Art. 25 trata especificamente da constituição do quadro de professores. Segundo o mesmo, “o corpo docente é constituído de professores, instrutores e monitores, a cargo dos quais ficam as atividades de magistério da APM” (GOIÁS, 1990).

Apesar da disponibilidade do decreto de regulamentação da academia de polícia militar de Goiás tratar especificamente da formação institucional, o mesmo não deixa bem claro os critérios de seleção para a formação do corpo docente.

Percebe-se que, apesar de objetivos comuns, que é a segurança pública através do policiamento ostensivo, com missão e valores em comum, a polícia militar é dotada de diversidade em âmbito nacional, a começar pelo critério de formação dos tutores que hão de proporcionar uma formação específica aos futuros policiais.

3. Resultados e discussões

Muitas são as razões que levam o ser humano a buscar novos conhecimentos no decorrer da vida. Razões essas que fazem da educação o mais curto caminho para o alcance de tais objetivos.

Percebe-se no decorrer do trabalho a preocupação voltada para uma educação continuada, onde o profissional de segurança pública se percebe dentro de um constante processo de formação e transformação, assim, o professor passa a ter a missão de sistematizar conteúdos e metodologias associados a uma realidade vivenciável pelos futuros profissionais.

Diante de tudo isso, amplia-se os critérios para a seleção de profissionais de educação, onde, além do conhecimento em práticas educacionais, exige-se um conhecimento sistematizado da realidade a ser vivenciada pelo futuro profissional, justificando assim o apontamento feito por alguns autores de que, princípio da preparação dos profissionais de segurança pública se dá a partir da escolha dos profissionais que hão de subsidiar todo o seu processo de formação.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas educacionais sempre foram um desafio para as organizações governamentais brasileiras. Desafio esse que se dá a partir da limitação que envolve as diversas realidades sociais e culturais no território brasileiro.

Exemplo dessa diversidade, que, de certa forma, tende a gerar um certo

conflito, social ou cultural, é a formação de praças da polícia militar que, além da missão de ostensividade, tende a encarar uma vasta diversidade cultural, a qual exigirá ainda mais do seu processo de formação, bem como do seu exercício profissional cotidiano.

Nesse contexto, o presente trabalho deixa claro que, além do desafio de ensinar, a formação de praças da polícia militar exige dos futuros profissionais de segurança pública um olhar para realidade desafiadora que envolve a sua missão.

Nessa perspectiva, a realização do trabalho permitiu um entendimento quanto à necessidade de se olhar a educação como principal percurso para o desenvolvimento do trabalho dos agentes de segurança pública. Frente a tudo isso, faz-se necessário um olhar, não só pra quem se submete a um curso de formação de praças ou qualquer área de formação continuada para aprender, a preocupação deve se iniciar na seleção de quem há de se responsabilizar pelo processo de ensinar.

O mesmo ainda traz consigo uma constante mudança da sociedade brasileira, desde o contexto cultural, social às políticas que tendem a atender as necessidades de sociedade, as quais, de certa forma, podem ser interpretada diversificadamente a partir do ângulo que se olha, exigindo uma maior dedicação até mesmo por parte de quem se responsabiliza por cuidar de si e dos demais.

A preparação de um corpo docente que ajude os futuros agentes de segurança pública a olhar essas dimensões de valores é algo que tem que ser alimentado cotidianamente, pois, o exercício profissional dentro de uma expectativa política, social e educacional depende de quem e de como se ensina, proporcionando a quem recebe um olhar mais criterioso no seu trabalho cotidiano.

A preocupação se amplia ao se analisar a divergência entre os cursos de formação de praças pelos Estados brasileiros, os quais, apesar de possuírem objetivos comuns, não possuem uma grade curricular que atenda unanimemente todas as federações, fazendo com que cada ente federativo se preocupe com sua própria formação a partir de metodologias próprias.

Tal situação traz consigo inúmeras consequências, desde a dificuldade de convivência social a começar pela própria educação, dependendo de como a mesma seja trabalhada, a qual traz consigo dois caminhos de um lado a promoção da paz ou,

de outro, o risco de se ampliar os índices de violência, esse último, consequência de uma formação insuficiente.

Assim, faz-se necessário, não só a estruturação de um período de formação para praças da polícia militar, independentemente de sua unidade federativa, é necessário que se invista, em primeiro lugar, nas pessoas que tendem a instruir os mesmos para sua missão de agente de segurança, os quais devem se ver no seu trabalho como promotores da paz e da justiça e não simplesmente como combatentes da criminalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONELLI, Zoraia Saint'Clair Branco Formação de profissionais de polícia de investigação: o caso do projeto para o Amazonas I Zoraia Saint'Clair Branco Bonelli. - 2003. vi, 103 f. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/3907/1424439.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 13 de Jan. 2018.

BRAND, Aniele Fischer; TOLFO, Suzana da Rosa. **O processo de formação do policial militar**. IX ANPED SUL Seminário de pesquisa em educação da Região Sul. 2012. Disponível em: <<http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2883/715>>. Acesso em: 26 de Dez. 2017.

BRASIL. Ministério da Justiça. Bases curriculares para a formação dos profissionais da área de segurança do cidadão. – Brasília: Ministério da Justiça, 2000. 161 p. Disponível em: <http://www.uece.br/labvida/dmdocuments/bases_curriculares_2000.pdf>. Acesso em: 13 de Jan. 2017.

GOIÁS, Governo do Estado de. Decreto nº 3.540, de 29 de outubro de 1990. Aprova o Regulamento da Academia de Polícia Militar. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br/pagina_decretos.php?id=3704>. Acesso em: 13 de Janeiro de 2017.

JÚNIOR, Edgard Antônio de Souza. **Considerações sobre a formação jurídica da praça de polícia militar.** Disponível em: <<http://jusmilitaris.com.br/sistema/arquivos/doutrinas/formacaojuridicapraca.pdf>>. Acesso em: 26 de Dez. 2017.

LUIZ, Ronilson de souza. O currículo de formação de soldados da polícia militar frente às demandas democráticas. São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://sapiencia.pucsp.br/bitstream/handle/9947/1/Ronilson.pdf>>. Acesso em: 27 de Dez. 2017.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Academia de Polícia Militar. Elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional da APM. p. 53. PDI 2014-2016. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/cpp/28032017090027469.pdf>>. Acesso em: 13 de Jan. 2018.

MUNIZ, Jaqueline. **A crise de identidade das polícia militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional.** Security and Defense Studies Review Vol. 1 Winter 2001. p. 177-198. Disponível em: <http://www.pm.al.gov.br/intra/downloads/bc_policial/pol_03.pdf>. Acesso em: 26 de Dez. 2017.

PONCIONI, Paula. **O profissionalismo na formação profissional do policial brasileiro: rupturas, permanências e desdobramentos contemporâneos.** Disponível em: <http://justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume7/o_profissionalismo_formacao_profissional_policial_brasileiro.pdf>. Acesso em: 26 de Dez. 2017.

SÃO PAULO, Polícia Militar do Estado de. Diretriz policial- militar: diretriz geral de ensino. Setor Gráfico do CSM/M Int. Impresso 2010 1ª Edição. Disponível em: <<http://www.policiamilitar.sp.gov.br/caes/downloads/DGE.pdf>>. Acesso em: 13 de Jan. 2017.

TOCANTINS, Governo do Estado do. **Papel da polícia militar.** Disponível em: <<http://pm.to.gov.br/papel-da-policia-militar/>>. Acesso em: 13 de Jan. 2018.